



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO BÁSICA 2018

Thiago Amaral Medeiros

A diarreia e suas consequências em uma comunidade do Município de Canguçu – RS

Florianópolis, Março de 2023

Thiago Amaral Medeiros

A diarréia e suas consequências em uma comunidade do Município
de Canguçu – RS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização na Atenção Básica da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Especialista na Atenção Básica.

Orientador: Leo Fernandes Pereira
Coordenadora do Curso: Profa. Dra. Fátima Buchele Assis

Florianópolis, Março de 2023

Thiago Amaral Medeiros

A diarreia e suas consequências em uma comunidade do Município
de Canguçu – RS

Essa monografia foi julgada adequada para obtenção do título de “Especialista na atenção básica”, e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina.

Profa. Dra. Fátima Buchele Assis
Coordenadora do Curso

Leo Fernandes Pereira
Orientador do trabalho

Florianópolis, Março de 2023

Resumo

INTRODUÇÃO: O presente trabalho trata de uma intervenção realizada em uma Unidade Básica de Saúde pertencente ao Quinto Distrito de Canguçu/RS, responsável por atender aproximadamente 2400 habitantes. No local, foi observado uma alta incidência de episódios de diarreia. Sabe-se que a falta do tratamento da água é uma das causas de aumento nos episódios de diarreia, que quando não tratados a tempo, pode levar a morte. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico. Algumas comunidades de pequeno porte do país possuem algum tipo de abastecimento coletivo de água para consumo humano, mas não fazem qualquer tratamento. Com a intervenção, objetivou-se identificar os casos de diarreia e a sua frequência visando a geração de ações de educação em saúde voltadas à minimização deste problema. **METODOLOGIA:** Será monitorado e notificado os novos casos, distribuição de hipoclorito aos moradores, e ações de educação em saúde a fim de propagar o conhecimento com a população local. Ações definidas através de um levantamento das localidades de maior incidência de casos e de conversas durante o atendimento clínico e visitas domiciliares, e de um questionamento acerca do saneamento básico, do preparo dos alimentos e de outras medidas sanitárias. **RESULTADOS ESPERADOS:** Esperamos obter um maior controle e o combate à diarreia na população-alvo, através da identificação específica de suas causas e da conscientização de sua comunidade, tendo assim uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Atenção à Saúde, Diarreia, Saneamento Básico, Zona Rural

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo Geral	11
2.2	Objetivos Específicos	11
3	REVISÃO DA LITERATURA	13
4	METODOLOGIA	15
5	RESULTADOS ESPERADOS	17
	REFERÊNCIAS	19

1 Introdução

O município de Canguçu/RS está dividido em 5 regiões (Distritos): 1°, 2°, 3°, 4° e 5°. Minha comunidade é a população do 5° Distrito de Canguçu, de aproximadamente 2400 habitantes. O 5° distrito apresenta as seguintes regiões: Alto da Cruz, Alto da Bela Vista, Alto Alegre, Cordilheira, Sucessão Moreira, Carajá, Arroio das Pedras, Costa do Sapato, Várzea do Sapato, Cerro das Velhas, Cerro Pelado, Alto Bonito, Armada, Passo do Guarda. A maioria das regiões são habitadas por colonos de origem alemã. Dentro dessas regiões também se localizam quilombolas e diversos assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), estabelecidos, em grande parte, nas décadas de 1980 e 1990.

Os principais desafios do serviço de saúde no 5° Distrito é a sua localização e a longa distância do centro de Canguçu, tendo uma distância média de 75 km. Resulta disso o difícil acesso da população ao hospital, farmácias, e serviços especializados. A população é majoritariamente composta por agricultores que possuem moradias de alvenaria. Por ser uma zona rural apresenta menos acesso à meios de informação e tecnologias, com uma população de nível socioeconômico baixo. Por ser uma região rural, existem poucos dados epidemiológicos específicos da cada região.

A População estimada do município de Canguçu, em 20180, era de 55803 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,11 hab/km². A distribuição da população por faixa etária é de, aproximadamente: 2992 crianças; 3763 adolescentes; 37581 adultos; 6697 idosos. O município apresentou, no mesmo ano, um coeficiente de natalidade de 12,7 por mil habitantes. Já a taxa de mortalidade geral da população foi de 8,8 por mil habitantes, taxa de mortalidade por doenças crônicas de 30,05 por mil habitantes, e taxa de mortalidade infantil no município 13,61 óbitos por mil nascidos vivos. As informações epidemiológicas descritas são baseadas nos dados do IBGE (IBGE, 2020) e gerados pelos programas e atendimentos realizados, voltados para uma melhor promoção da saúde.

A comunidade apresenta problemas relacionados com a situação social e epidemiológica. As principais queixas e problemas levantados na ESF 5° Distrito foram: Inúmeros casos de doenças crônicas, principalmente hipertensão arterial e diabetes mellitus; gravidez na adolescência; a escassez de medicamentos nas unidades, como falta de antibióticos; número elevado de casos de diarreia, devido a utilização de poços artesanais; e depressão. Constata-se uma grande quantidade de pacientes com doenças de saúde mental, principalmente depressão, associada ao seu estilo de vida e o trabalho árduo nas plantações de fumo e soja e à exposição diário ao uso de agrotóxicos. Outro problema é a dificuldade de acesso à antibióticos na unidade, visto que há proibição de distribuição de medicamentos antibióticos nos postos da zona rural. A falta de medicamentos na rede única, aliado à baixa adesão ao tratamento medicamentoso, faz com que os pacientes crônicos não recebam o devido cuidado e o tratamento contínuo.

Além disso, evidencia-se um alarmante número de casos de diarreia pela ingestão de água de baixa qualidade, oriunda de poços artesianos, devido ser uma zona rural e não ter outro meio de acesso à água. Contudo, os casos de diarreia e sua relação direta com a água potável, pode ser facilmente tratada quando identificada sua origem. Por ser um problema que acomete um elevado número de atendimentos, e por ser possível de ser manejado com materiais e recursos humanos disponíveis na unidade, pretende-se realizar uma intervenção sobre esses casos de diarreia.

Pretende-se realizar ações de intervenção como: monitorização e notificação de novos casos de diarreia visando o delineamento de um perfil; Distribuição de hipoclorito de sódio para a população; planejar a capacitação das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) para proporcionar uma melhor comunicação e divulgação nas micro áreas, possibilitando acesso à informação a mais pessoas; e ações de educação em saúde a fim de propagar o conhecimento entre os pacientes. Deste modo, ao identificar este problema foi pensado em ações e atividades que envolvam princípios da vigilância sanitária, epidemiológica, assistência social. Além de profissionais empregados para melhoria do saneamento básico dessas localidades. Com isso, acredita-se que será possível minimizar o problema encontrado.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Identificar os casos de diarreia e a sua frequência visando a geração de ações de educação em saúde voltadas à minimização deste problema.

2.2 Objetivos Específicos

- Monitorar e notificar novos casos de diarreia;
- Monitorar as família já atingidas;
- Realizar a distribuição de hipoclorito aos moradores;
- Minimizar os novos casos de diarreia por meio de intervenções, como ações de educação em saúde a fim de propagar o conhecimento com a população local.

3 Revisão da Literatura

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, diarreia pode ser definida como a ocorrência de três ou mais episódios de evacuações amolecidas ou líquidas nas últimas 24 horas, sendo a diminuição da sua consistência habitual é um dos parâmetros mais considerados. Um dos fatores que pode facilitar e / ou agravar o quadro dessa ocorrência, é a falta de saneamento básico. E quando aguda, a diarreia causa o desequilíbrio entre a absorção e a secreção de líquidos e eletrólitos, assim sendo, é um quadro autolimitado (SBP, 2017).

No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e o definido como sendo o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais (BRASIL, 2007). Algumas comunidades de pequeno porte do país, possuem algum tipo de abastecimento coletivo de água para consumo humano, mas não fazem qualquer tratamento, embora a Portaria nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, estabeleça a obrigatoriedade de que toda água para consumo humano, fornecida coletivamente, deva passar por processo de desinfecção ou cloração (BRASIL, 2014). O processo de desinfecção mais aplicado nos sistemas de abastecimento de água, em todo o mundo, é o que emprega o cloro ou produtos à base de cloro como agentes desinfetantes. Foi introduzido massivamente no último século, no tratamento da água como complemento do processo de filtração que já era conhecido e utilizado, constituindo, assim, uma revolução tecnológica no tratamento da água (BRASIL, 2014). E na falta de água fornecida por um sistema público de abastecimento eficiente, ela deve ser purificada. Isso pode ser feito de duas formas: com a fervura ou a adição de cloro. O cloro geralmente é distribuído nos postos de saúde na forma de hipoclorito de sódio. Deve ser utilizada uma gota de hipoclorito de sódio para cada litro de água. Depois de adicionar o produto à água, é preciso agitar bem e deixar repousar por 30 minutos (ANVISA, 2018).

O saneamento é reconhecidamente uma importante estratégia de promoção à saúde, e de acordo dados obtidos do IBGE, o município de Canguçu, possui 41,6% de sua população com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020), assim sendo, mais da metade da população tem a falta desse recurso essencial para a prevenção, promoção e manutenção da saúde o que aumenta a incidência de diarreia em sua população. Há também o fato de ser um município com extensa área rural, e nesta o saneamento básico não recebe o mesmo cuidado que na área urbana, necessitando de um acompanhamento mais efetivo relacionado com a qualidade da água consumida por esta população, evitando assim doenças veiculadas pela água.

Esse acompanhamento pode ser feito pela Vigilância Epidemiológica das Doenças Diarreicas Agudas (DDA), que é composta pela Monitorização das Doenças Diarreicas Agudas

– MDDA e regulamentada pela Portaria n° 205 de 17 de fevereiro de 2016, que tem entre seus principais objetivos monitorar a ocorrência das diarreias, prevenir e atuar em surtos e reduzir sua incidência e letalidade. Sendo de notificação imediata e compulsória em Unidades Sentinelas para monitorização das DDA (MDDA),os casos individuais e surtos de DDA, seja de transmissão hídrica e alimentar, direta ou indireta (BRASIL, 2014)(??). No Brasil ocorrem cerca de 4 milhões registros de casos de DDA são notificados anualmente pela Vigilância Epidemiológica em Unidades Sentinelas, contabilizando em torno de 4 mil mortes (BRASIL, 2014).

Por causa da falta de saneamento básico, os países em desenvolvimento entram no terceiro milênio ressuscitando patologias do início do século XX , tais como: diarreias; cólera; dengue; hepatite tipo A; leptospirose; esquistossomose; e várias parasitoses. Portanto os serviços de saneamento são de vital importância para a promoção, proteção e manutenção da saúde da população pois minimizam as consequências da pobreza e protege o meio ambiente (TEIXEIRA; PUNGIRUM, 2005)

4 Metodologia

O presente estudo tem por objetivo realizar ações que auxiliem no controle e combate a diarreia. Será realizado com a população atendida pela unidade Básica de Saúde Diogo Fonseca, localizada no Quinto Distrito de Canguçu, no Rio Grande do Sul.

Serão realizadas educação em saúde em que a comunidade, através de um levantamento das localidades de maior incidência de episódios de diarreia e de conversas durante o atendimento clínico, assim como durante as visitas domiciliares, será orientada sobre como se prevenir da contaminação da água, solo e alimentos.

Essas orientações terão como base o Guia do Alimento e Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde que trata de orientações de como prevenir a contaminação dos alimentos por germes e parasitas, por decorrência do solo, água, má higienização das mãos e utensílios, bem como a Resolução nº 55, de 10 de novembro de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que trata do uso de Hipoclorito de Sódio , para descontaminar alimentos, como frutas e verduras e água.

Durante as consultas será realizado um questionamento acerca da existência ou não de saneamento básico, em caso de negativa, pretende-se saber como que ocorre o preparo dos alimentos, de onde vem a água consumida pela família, como que é definido o local da construção do banheiro, do poço artesiano e como escolhem o local para fazer a horta caseira. Baseado nas respostas pode-se orientar sobre o perigo da contaminação do solo e da água por ter a construção do banheiro próximo a horta e ao poço artesiano. Os usuários receberão então orientações sobre a higiene das mãos, dos utensílios de cozinha, da fervura da água e sobre o uso de hipoclorito de Sódio para a lavagem de frutas e legumes e também sobre uso do mesmo para matar germes e parasitas da água. Após, ocorrerá a distribuição de Hipoclorito de Sódio.

Esse estudo ocorrerá entre os meses de setembro e outubro, pelo médico da unidade, enfermeiro e ACSs. Durante esse período as famílias serão acompanhadas pela equipe da UBS, a fim de conhecer os resultados da ação proposta.

5 Resultados Esperados

Os resultados esperados do presente estudo são o controle e o combate à diarreia pela ESF 5º Distrito de Canguçu/RS, através da identificação específica de suas causas no território e da conscientização de sua comunidade. Com a identificação, e às medidas apropriadas, esperamos encontrar uma diminuição na incidência de episódios de diarreia na comunidade. Isso se dará através de orientações de saneamento básico e outras medidas de prevenção à contaminação da água, do solo e dos alimentos. E, para isso, espera-se que a comunidade se sensibilize e tenha estruturas mínimas para a adoção das ações recomendadas quanto ao combate a diarreia, tendo, assim, uma melhor qualidade de vida de seus moradores.

Referências

ANVISA. *Guia de Alimentos e Vigilância Sanitária*. 2018. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/17/Guia-de-Alimentos-e-Vigilancia-Sanitaria.pdf>>. Acesso em: 25 Jun. 2020. Citado na página 13.

BRASIL. *LEI N° 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007*. 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 24 Jun. 2020. Citado na página 13.

BRASIL, F. N. de S. *Manual de Cloração de Água em Pequenas Comunidades Utilizando o Clorador Simplificado Desenvolvido pela Funasa*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2014. Citado na página 13.

BRASIL, M. da Saúde do. *Situação epidemiológica DDA*. 2014. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/artigos/932-saude-de-a-a-z/doenca-diarreica-aguda-dda/11146-situacao-epidemiologica-dda>>. Acesso em: 24 Jun. 2020. Citado na página 14.

IBGE. *Panorama: Canguçu/rs*. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>>. Acesso em: 30 Mai. 2020. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 13.

SBP, S. B. de P. *Diarreia aguda: diagnóstico e tratamento*. 2017. Guia prático de atualização - Departamento científico gastroenterologia de. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/03/Guia-Pratico-Diarreia-Aguda.pdf>. Acesso em: 24 Jun. 2020. Citado na página 13.

TEIXEIRA, J. C.; PUNGIRUM, M. E. M. de C. Análise da associação entre saneamento e saúde nos países da América Latina e do Caribe, empregando dados secundários do banco de dados da organização pan-americana de saúde - opas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 8, n. 4, p. 365–376, 2005. Citado na página 14.